Revista do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-ISSN 1983-201X
https://seer.ufrgs.br/anos90

APRESENTAÇÃO

O rural, a ciência e o meio ambiente: um debate necessário

Marcio Antônio Both da Silva*
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Nívia Pombo**
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

José Luís Garcia***
Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

A temática ambiental tornou-se matéria urgente nas últimas décadas. A historiografia produzida sobre o assunto tem demonstrado que a preocupação fundamental pelo destino do mundo ganhou conteúdos, de algum modo, próximos aos atuais no início do período moderno, quando "ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor" (Thomas, 2010, p. 19). A partir disso, uma outra ideia de natureza se constituiu, associando a necessidade de domínio adquirido ao conhecimento construído sobre o ambiente (Lenoble, 2002, p. 183). Por sua vez, a valorização moderna do controle foi duradouramente posta em movimento por inúmeras instituições e poderes até o ponto em que o mundo natural passou somente a ter valor em virtude da sua utilidade para os seres humanos. Ao longo desse tempo também vem acontecendo uma série de catástrofes ambientais em diferentes regiões do mundo, as enchentes que recentemente assolaram o estado do Rio Grande do Sul são um exemplo disso.

Nessa caminhada, muitas transformações sociais, políticas e econômicas aconteceram, mas a reflexão sobre a crise ecológica contemporânea e a adoção de medidas mais contundentes para enfrentar e forjar alternativas é coetânea as décadas finais do século XX, paradoxalmente (ou não) no contexto de emergência da nova economia política neoliberal. A realização da "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento" (ECO-92), ocorrida no Brasil em junho de 1992, nesse sentido, é um dos principais acontecimentos que demonstra essa nova consciência e tomada mundial

*E-mail: marcioboth@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6613-1335
**E-mail: niviapombo.uerj@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1541-2748
***E-mail: jlgarcia@ics.ulisboa.pt
https://orcid.org/0000-0002-9387-9047

DOI: 10.22456/1983-201X.143788
Anos 90, Porto Alegre, v. 31 – e2024200 – 2024

Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

de posições sobre a questão. Do mesmo modo, a escolha da cidade de Belém do Pará para sediar, no ano de 2025, a 30ª Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas (COP30), demonstra a relevância do problema e a importância do Brasil em relação aos debates internacionais que envolvem a preservação ambiental e as alterações climáticas.

Por sua vez, ao acompanhar as discussões que vêm sendo feitas sobre meio ambiente e desenvolvimento é possível perceber que, além dos assuntos que dizem respeito à necessidade de diminuirmos os níveis de emissão de gases poluentes e protegermos as áreas florestais, o tema da ciência e da agricultura são recorrentes. No geral, os estudos sobre a questão têm indicado que, historicamente, as transformações da agricultura, principalmente da monocultura baseada em alta tecnologia e capital intensivo e seu avanço em direção às áreas florestais é um dos principais motivos do desmatamento e da extinção de muitas formas de vida, modos de habitar o mundo, marginalização de populações indígenas e de formas de conceber o próprio planeta terra.

Inclusive, esse processo tem potencializado o surgimento de ambientes apropriados para produção de novos patógenos que podem repercutir em epidemias e pandemias (Wallace, 2020, p. 527). Porém, na contramão dessa análise, outras leituras defendem que tal expansão é necessária, pois dela depende a produção de alimentos para garantir o futuro da humanidade. Em outras palavras, podemos afirmar que esse dilema é uma das expressões atuais do antigo debate entre atraso e progresso, o qual tem profundas conexões com a construção – também ambivalentemente a distorção – da noção de modernidade e do seu projeto de emancipação, cujos pilares começaram a se constituir a partir do século XVI, conjuntura que igualmente marca o processo de conquista dos mares e colonização dos espaços não europeus.

Nesse universo de questões, muito se tem debatido sobre o papel que a ciência e o conhecimento científico, e mais recentemente a tecnociência, vêm cumprindo e poderão cumprir para enfrentar os problemas decorrentes da forma com a qual historicamente a humanidade vem lidando com a natureza. Assim, este dossiê, a partir da análise de diferentes contextos e períodos históricos, se propõe a debater os modos como as interrelações entre ciência, meio ambiente e agricultura, da forma como vem sendo imaginadas e praticadas, são responsáveis pelo atual quadro dramático que vivemos e, da mesma forma, como esta relação poderá apontar caminhos diversos para superarmos os problemas dela resultantes.

Portanto, este dossiê abrange tematicamente questões de grande relevância e de expressivo impacto historiográfico, pois, sem dúvida, trata-se de uma discussão necessária em termos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Na busca de cumprir esses objetivos e motivos, reúnem-se sete artigos, os quais, a partir de diferentes contextos e experiências históricas, alicerçados em diversificados temas, fontes, referenciais teóricos e metodológicos, que buscam debater aspectos importantes relacionados as intersecções, encontros e desencontros possíveis entre a humanidade e o meio ambiente.

O ponto de partida da viagem que faremos para conhecer alguns aspectos do tema que articula este dossiê inicia-se com o texto "No país das antas: caça de mamíferos na dinâmica colonizatória da América portuguesa do século XVI". A partir da análise de fontes feitas pelos colonizadores europeus na América, o artigo analisa as descrições dos mamíferos nativos da América portuguesa, em particular a anta. A importância desse animal nativo como dispersor de sementes e fonte de proteína torna relevante constatar a disparidade entre o número de espécies que existiam na América portuguesa no século XVI com a quantidade de animais que vivem atualmente no Brasil. As expansões dos impérios coloniais de Portugal e Espanha no final do século XV colocaram os colonizadores em contato com novos povos e com novos ambientes e, progressivamente, deixou claro que a diversidade de plantas e animais era muito maior e, de certa forma, mais complexa do que os pensadores do período clássico europeu haviam sistematizado em suas obras.

Na sequência, o segundo artigo aborda o Brasil em meados do século XIX; em "O projeto liberal de paisagem: seria possível 'melhorar' os espaços áridos do planeta?" a discussão busca tratar da perspectiva transnacional dos debates, ideias e projetos que foram apresentados diante das catástrofes socioambientais que atingiram os sertões da caatinga no Nordeste brasileiro. A ênfase é direcionada para a análise das obras de André Rebouças e Saturnino de Brito, que construíram uma apropriação mais radical das referências liberais dos projetos britânicos de transformação da paisagem árida indiana. O artigo também ressalta a crítica materialista e ambiental aos processos sociais desencadeados pelo imperialismo liberal, notadamente o britânico, que resultou na morte de mais de 30 milhões de habitantes da Índia colonial inglesa, devido ao desmantelamento de estruturas socioambientais milenares.

O terceiro artigo, intitulado "Os campos que produzem o doce açúcar e a cultura de extermínio das matas", aborda a agroindústria açucareira no Brasil e na Argentina na segunda metade do século XIX. Ganha destaque o fato de que, nesse período, a agricultura açucareira, nesses diferentes contextos, foi marcada pela adoção de fábricas modernas e novas formas de cultivo pensadas pelas ciências agronômicas. A cristalização da nova paisagem açucareira brasileira e argentina, ao mesmo tempo que foi marcada pelo discurso do progresso, resultou na destruição de vastas áreas de floresta. É o caso, por exemplo, dos engenhos construídos nos diferentes espaços açucareiros de Campos dos Goytacazes (RJ), Joinville (SC), ambos no Brasil, e Tucumán, na Argentina. Assim, o artigo analisa os discursos que trazem dados sobre as questões ambientais e que ainda carecem de maiores investigações no campo da história agrária, da história ambiental e da história comparativa.

Dando continuidade ao dossiê, o quarto artigo, "Uma lição de reformismo-sanitário para elite agrária mineira: meio ambiente, raça e doença em Belisário Pena", avança em direção às primeiras décadas do século XX. A análise parte da perspectiva de que o tema do reformismo-sanitário vem sendo historicamente explorado por estudiosos do Pensamento Social Brasileiro e que, em grau semelhante, na História da Ciência brasileira, estes trabalhos se orientam, sobretudo, em como o pensamento de médicos-sanitaristas foi influente na conformação de uma estrutura de saúde pública e de pesquisa científica no Brasil. Por seu turno, o artigo demonstra que a consolidação da História Ambiental no Brasil em diálogo com campos relacionais, como a Ecocrítica, possibilita uma renovação na leitura dos clássicos do Pensamento Social. Nessa direção, o artigo buscou analisar o papel que o mundo natural assume na conferência Saneamento Rural e o opúsculo Minas e Rio Grande do Sul: estado da doença, estado da saúde, ambos escritos por Belisário Penna e proferidos ou publicados em 1918.

O quinto artigo persevera mais alguns passos na caminhada e chega a segunda metade do século XX. Em "Guerra Fria, modernização da agricultura e Revolução Verde", o foco é analisar o papel do Banco Mundial na construção do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). Fundado em 1971, o CGIAR cumpriu um papel fundamental na difusão da "Revolução Verde", um dos aspectos mais notáveis e controversos das políticas de modernização capitalista da agricultura nos países do então chamado Terceiro Mundo. O tema é situado nos marcos da Guerra Fria e das políticas de "contenção" do comunismo levadas adiante pelo governo dos Estados Unidos. O trabalho aborda o giro do Banco Mundial em direção à agricultura no início da década de 1960, analisando sua participação na criação do CGIAR, por meio do qual a Revolução Verde se difundiria nos anos seguintes.

Ainda tomando como referência a segunda metade do século XX, o sexto artigo, sob o título "A institucionalização do discurso ambiental: uma análise do percurso histórico das conferências internacionais", a partir da pesquisa documental, aborda o percurso histórico que demonstra a institucionalização do discurso de proteção ao meio ambiente a partir da realização de conferências internacionais patrocinadas pela Organização das Nações Unidas, com destaque para as conferências de Estocolmo-72 e Rio-92. A análise realizada demonstra o confronto de forças políticas, econômicas e sociais em torno de conceitos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. O artigo

assinala que, apesar do discurso ambiental ter se institucionalizado em nível governamental, esses conceitos visavam, antes de tudo, produzir um consenso global. Da mesma forma, o artigo também demonstra que, apesar dos limites do discurso ambiental institucionalizado, as entidades da sociedade civil fortaleceram sua capacidade de reflexão sobre questões éticas e políticas na temática ambiental.

Por fim, o sétimo e último texto do dossiê também está centrado nas décadas finais do século XX, mas adentra no contexto do século XXI. O artigo "O silêncio das colmeias: uma história da apicultura no Brasil (1970-2021)", trata do tema da mortandade das abelhas. O recorte temporal tem como parâmetros inicial e final a experiência apícola da família Wenzel e o avanço do agronegócio na região nordeste, respectivamente. A narrativa, construída a partir de fontes diversas (jornais, revistas, websites, mídias sociais, entrevistas), acompanha a migração dos Wenzel de São Paulo ao Piauí e ao Ceará, desvelada enquanto um projeto de fuga em relação a escalada de uso de venenos na região Sudeste, desde a década de 1970. A criação de abelhas e a produção de méis para o mercado nacional e internacional pelos Wenzel é analisada à luz dos paradoxos da ampliação do capital no campo que, por um lado, intensifica a agricultura capitalista monocultora, e, por outro, cria mecanismos de valoração por precificação de determinados produtos, como o mel orgânico.

De modo geral este é o perfil do dossiê que apresentamos nestas poucas linhas. Fica registrado, por fim, o convite a leitura, o agradecimento aos autores e autoras que contribuíram com seus artigos, realizados a partir de pesquisas de fôlego, as quais, sem dúvidas, tem importância não só acadêmica, mas também social e política, humanitária e ambiental. Da mesma forma, agradecemos a equipe da Revista Anos 90 pelo espaço e oportunidade em reunir, a partir da aplicação de rigorosos critérios de avaliação, o conjunto destes artigos que dão vida e sentido ao dossiê como um todo.

Referências

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002.

SCOTT. James C. **Seeing like a State**. How certain schemes to Improve the Humam Condition have failed. Estados Unidos: Yale University Press, 2020.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.